

LUTA MUNICIPALÁRIA

Boletim Informativo nº 52 - Fevereiro de 2018



Sindicato
Dignidade

Sem Parcelamento

Mobilização

Comunidade

Luta

RESISTÊNCIA

Serviço Público

Direitos

Porto Alegre

Categoria
Municipária

Juntos Somos Fortes

Foto: Sílvia Fernandes



8 de Março
Dia Internacional
da Mulher
Dia de Luta!



www.simpa.org.br



@SimpaPortoAlegre



www.flickr.com/photos/simpapoa



simpa@simpa.org.br

ANO COMEÇA COM NOVOS ATAQUES AOS SERVIDORES

O ano está apenas começando e o governo já sinalizou que continuará com o desmonte e sucateamento dos serviços públicos, de abandono da cidade e de desrespeito aos servidores e à população.

Para justificar sua incompetência na gestão, o prefeito segue colocando o funcionalismo como o grande vilão das finanças públicas. Impõe aos servidores sucessivos parcelamentos, falta de reajuste, cortes em gratificações e regimes especiais, além dos projetos de lei encaminhados à Câmara. A gestão Marchezan já sinalizou que os parcelamentos poderão voltar justamente na data-base, maio, uma espécie de recado de que, mais uma vez, passará por cima da lei ignorando o direito ao reajuste anual da inflação.

Os ataques não param por aí. No começo do ano, servidores da educação não receberam, dentro do prazo legal, o 1/3 de férias a que têm direito. No dia 20/2, a prefeitura atrasou o pagamento da 1ª parcela do 13º dos servidores da Fasc, DMLU, aposentados e pensionistas. E os servidores que retomaram a greve nos dias 20 e 21/12 foram descontados mesmo havendo decisão da Justiça avalizando a legalidade do movimento. Já servidores com menos de dois anos de prefeitura perderam ou correm o risco de perder seus regimes especiais. A previdência também segue alvo de ataques: além do aumento da alíquota que o Simpa questiona na Justiça, o governo quer implantar sua própria reforma.

Não vamos aceitar que Marchezan retire direitos e acabe com a cidade! É hora de retomarmos nossa mobilização com ainda mais força na Câmara e nas ruas.

A greve de 2017 e todo processo de lutas mostraram a importância da nossa união e do diálogo que estabelecemos com a sociedade e o Legislativo, que evitou a aprovação do pacote.

Vamos continuar unidos para barrar de vez os projetos que tramitam na Câmara, para garantir o reajuste e o fim dos parcelamentos e por serviços públicos amplos e qualificados para toda a população. Na luta mostraremos que é possível sanear as contas públicas sem punir os servidores e a população, com a garantia de direitos e da dignidade!

AÇÕES RECENTES DO SIMPA NA JUSTIÇA

Contribuição Previdenciária

A ação de inconstitucionalidade, movida pelo SIMPA, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 818/2018, que aumentou a alíquota previdenciária de 11% para 14%, aguarda a manifestação da presidência da Câmara Municipal, da Procuradoria-Geral do Estado e do Ministério Público.

Liminarmente foi requerida a suspensão da legislação em questão. O desembargador relator, contudo, condicionou a apreciação do pedido liminar após a manifestação das demais partes, as quais já foram devidamente citadas.

Ação de legalidade da greve

No dia 08/2, aconteceu reunião entre o desembargador do TJ-RS e a assessoria jurídica do Simpa para tratar da ação declaratória de legalidade da greve de 40 dias, além da inclusão dos dias 20 e 21/12 na ação, por configurarem continuidade do mesmo processo de reivindicação.

A reunião prevista para o dia 5, foi remarcada em função da audiência de mediação, ocorrida no dia 6, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Segundo Grau (Cejusc/TJ-RS), envolvendo representantes da Justiça, do Simpa e da Prefeitura. Sem avanço na mediação, a mesma foi encerrada e o processo voltou ao desembargador, para que prossiga no âmbito da Justiça estadual. O magistrado registrou que irá se manifestar sobre o pleito do Sindicato, mas não estabeleceu prazo.

Insalubridade

O mandado de segurança coletivo impedido pelo SIMPA buscando a nulidade dos atos que reduziram e cessaram a concessão dos adicionais de insalubridade aos servidores municipais atingidos (referente aos atos publicados na edição nº 5630 do DOPA), teve o pedido liminar acolhido em parte pela Juíza da causa. Determinou o juízo de primeiro grau que o município de Porto Alegre se abstenha de efetuar qualquer desconto retroativo na folha de pagamento dos servidores atingidos pelas medidas de readequação do pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade, no que tange à devolução da gratificação que o município entende terem sido pagas indevidamente.

O Sindicato recorreu para que os referidos atos administrativos fossem integralmente suspensos, tendo seu pedido de antecipação de tutela recursal indeferido pelo desembargador relator. No momento, aguarda o julgamento da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Revisão Geral 2017 (Data-Base)

Ação judicial proposta contra o município, referente à ausência de revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos/as servidores/as no ano de 2017. Em 29/01/18 os réus apresentaram contestação, ao que se aguarda a manifestação do juiz competente.



ESSA LUTA É DE TODOS! Participe das atividades do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que acontecerão em Porto Alegre. Vamos nos unir em defesa da igualdade, pelos direitos das trabalhadoras, contra o machismo, o assédio, a opressão e a violência!

EXPEDIENTE

O informativo Luta Municipal é uma publicação do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA
Rua João Alfredo, 61 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-230 - Fone: (51) 3228.2325

Jornalistas:

Mariana Pires (Mtb 18419)
Priscila Lobregatte (Mtb 46752)
Sílvia Fernandes (Mtb 11137)

Projeto gráfico/diagramação: Sílvia Fernandes
Exemplares: 3.000 Impressão: VT Propaganda
Data de fechamento da edição: 21/02/2018

GESTÃO 2016-2019

Diretora Geral: Luciane Pereira da Silva **Diretor Geral:** Alberto Moura Terres **Diretor Geral:** Jonas Tarcísio Reis **Diretor Administrativo:** Hamilton Fernando Pessoa Farias **Diretor Financeiro:** Adeldo Rohr **Diretor Financeiro Adjunto:** Talito Francisco Halberstadt **Diretor de Comunicação:** Ivam Martins de Martins **Diretor de Comunicação Adjunto:** Josué Fernandes Carvalho **Diretor de Formação Sindical:** Rodrigo de Barcelos Rodrigues **Diretora de Formação Sindical Adjunta:** Roselia Siviero Sibemberg **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luan Castilhos Sanchothene **Diretor de Assuntos Jurídicos Adjunto:** Laudenir Machado Figueiredo **Diretora de Saúde do trabalhador:** Onéia da Silva Machado **Diretora de Saúde do trabalhador Adjunta:** Rita Buttes da Silva **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Jose Francisco Espírito Santo **Diretor de Ações de combate a Opressão:** Carlos Geovani Ramos Machado **Primeira Suplente:** Ignez Maria Serpa Ramminger **Segundo Suplente:** Adroaldo Bauer Spindola Corrêa

#PacoteDeMaldades

BARRAR OS PLS DE MARCHEZAN É PRIORIDADE!

O fim do recesso da Câmara marca também a retomada da tramitação dos projetos de lei que compõem o pacote de maldades de Marchezan contra o funcionalismo.

Por isso, o Simpa está mobilizando a categoria para voltar a pressionar os vereadores e sensibilizá-los quanto à gravidade destes projetos, que atingem a vida dos servidores e a qualidade dos serviços públicos, prejudicando principalmente a população mais carente.

#FiqueAtento
Acompanhe o Simpa nas redes sociais e pelo site. Participe das atividades e mobilizações.

Confira a composição das Comissões da Câmara:

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ): Cláudio Janta (SDD), Dr. Thiago (DEM), Mendes Ribeiro (MDB), Adeli Sell (PT), Márcio Bins Ely (PDT), Ricardo Gomes (PP) e Rodrigo Maroni (PODE).

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor): Felipe Camozzato (NOVO), Idenir Cecchim (MDB) e João Carlos Nedel (PP).

Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (Cuthab): Dr. Goulart (PTB), Fernanda Melchionna (PSol), Luciano Marcantônio (PTB), Paulinho Motorista (PSB), Professor Wambert (PROS).

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude (Cece): Alvoní Medina (PRB), Cassiá Carpes (PP), Sofia Cave-don (PT), Tarciso Flecha Negra (PSD) e Reginaldo Pujol (DEM).

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh): Comandante Nádia (MDB), João Bosco Vaz (PDT), Marcelo Sgarbossa (PT), Monica Leal (PP) e Prof. Alex Fraga (Psol).

Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam): André Carus (MDB), Cássio Trogildo (PTB), José Freitas (PRB) e Paulo Brum (PTB).

#AssembleiaPopular

ORGANIZAÇÃO NOS BAIRROS E VILAS

O Simpa planeja ações para fortalecer ainda mais a união em defesa dos nossos direitos e da cidade. Para tanto, está diretamente envolvido com a construção da Assembleia Popular da Cidade em Defesa do Serviço Público e das Políticas Públicas, que envolverá a população, os movimentos sociais, políticos e sindicais.

Chama os municipais a discutirem com as comunidades, onde os serviços mu-

nicipais estão localizados, sobre a atual situação de retirada de direitos a que todos estamos submetidos. A discussão de formas de organização autônomas de cada vila e/ou bairro tem o propósito de fazer frente aos ataques que sofremos do Estado e, assim, organizar uma ampla frente de resistência que poderá culminar na Assembleia Popular de Porto Alegre. Só a organização popular poderá barrar os governos que massacram os trabalhadores e apontar caminhos de superação das constantes crises provocadas pelo sistema capitalista, visando à construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Confira o que diz cada projeto e sua situação atual:

PELO 07/17 – Extingue a licença-prêmio, contido no artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

Situação na Câmara: Está na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento (Cefor) desde 08/01/18.

PELO 08/2017 – Altera a data de pagamento dos salários e aposentadorias, atualmente feito no último dia do mês, para o quinto dia útil do mês seguinte. Além disso, altera a data de pagamento do 13º salário (hoje feito até o dia 20/12), de maneira a ser feito no quinto dia útil do ano seguinte, podendo ter parcela antecipada.

Situação na Câmara: Está correndo pauta e será encaminhado para parecer da CCJ.

PELO 10/2017 – Possibilita a privatização do Dmae por meio de parceria público-privada, resultando no encarecimento da tarifa e na redução da qualidade do serviço prestado.

Situação na Câmara: Está na CCJ.

PLCE 11/17 – Altera concessão e revogação de regimes especiais de trabalho (RDE, RTI, RST, RCT). Atualmente, a Lei fixa que após dois anos de exercício, o regime especial só pode ser extinto por “manifestação em contrário do funcionário”. Com isso, Convocação máxima seria por um ano, podendo ser prorrogada anualmente a critério da Administração, assim como revogada pela Administração ou a pedido do servidor. A administração também poderá fixar percentuais distintos de cada Regime Especial segundo carreiras e grupos de funcionários. Também substitui avanços de 5% a cada triênio por avanços quinquenais de 3% e extingue a concessão de avanços-prêmio para o funcionário que completar 30 anos ou 35 anos. O PL também extingue os adicionais de tempo de serviço de 15% e 25% sobre o básico. O resultado também é perda salarial direta.

Situação na Câmara: Está na Procuradoria para parecer.

PELO 15/17 – Altera o regime normal de trabalho dos servidores das atuais 30h máximas semanais para 40h.

Situação na Câmara: Está na Comissão de Constituição e Justiça.



TRABALHADORES UNIDOS CONTRA POLÍTICA ANTI-EDUCACIONAL DE MARCHEZAN

A educação sempre foi a área preferida, pelos gestores de direita, para ser atacada. Um projeto de educação voltado à alienação da sociedade, à superexploração dos trabalhadores, está em curso na SMED de Porto Alegre durante o governo Júnior.

Depois de ter destruído, em 2017, as rotinas escolares que privilegiavam o contato dos professores com alunos e de ter jogado por água abaixo o planejamento pedagógico coletivo e a discussão do mundo escolar com toda a comunidade, Marchezan se volta, agora, para criação de um movimento de entrega da rede municipal de ensino à iniciativa privada por meio de convênios, é a mercadologização da escola pública no nível mais grave e sem ética.

A voracidade e o apetite neoliberal e profascista de Marchezan se enraizou de tal forma que o ano letivo de 2017 foi encerrado com déficit de mais de 200 professores nas mais de 50 escolas de ensino fundamental, repasses de verbas federais represados. Contas do Fundeb e outros ainda não revelados nem pro TCE.

O governo deixou expirar os concursos públicos e não realizou outros novos com o claro interesse de acabar com a carreira docente em Porto Alegre. Não realizou novos concursos para nutricionista nem técnicos em nutrição e foi à Câmara no dia 19/02 dizer que as crianças que repetem a refeição estão ameaçadas de se tornarem obesas,



Foto: Priscila Lobregatte

num rompante de hipocrisia e vilania jamais visto na figura de um gestor da educação em Porto Alegre. A gestão Marchezan escreve, assim, um terrível capítulo na história da educação municipal, no qual os filhos dos trabalhadores mais pobres das comunidades carentes da cidade estão ameaçados de um racionamento alimentar escolar mais grave do que ocorreu em 2017.

Como se não bastasse essa série de ataques, o governo quer destruir a Lei Nacional do Piso, que prevê horas de planejamento pedagógico aos professores. O governo quer enclausurar os professores numa lógica mercadológica de vigilância via ponto eletrônico, obrigando milhares de trabalhadores que dispõem de estrutura particular para planejar melhor suas aulas fora da escola a ficarem amontoados em salas de professores que, muitas vezes, não têm computa-

dores, nem acesso à internet ou mesmo o material didático básico para poderem programar as aulas.

Com a precarização da educação dos filhos dos trabalhadores, a gestão Marchezan tem como objetivo final manter as massas populares dentro da clausura da alienação, uma tarefa encampada pelo bloco de direita que assumiu o poder no país no último biênio.

Resistir a este projeto nefasto é defender que os filhos mais vulneráveis da sociedade possam ter acesso à escola, ao conhecimento e à emancipação humana. Todos nós, trabalhadores da educação, devemos levantar as bandeiras e punhos em defesa de um projeto social que não seja o do ódio aos mais pobres, tão cultuado pelo governo Marchezan no sucateamento da educação.

A LUTA FICA MAIS FORTE COM A TUA VOZ

FILIE-SE AO SIMPA

www.simpa.org.br  www.facebook.com/simpapoa 